



ALERTA DOS SINAIS DE SUICÍDIO ENTRE ESTUDANTES: ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

Sarah Vinagre Martins¹
Aline Venceslau Vieira de Lima²
Mariana Lins de Oliveira³

Resumo: O suicídio, uma das principais causas de morte entre jovens, é um problema crescente no Brasil, especialmente entre adolescentes e jovens adultos, conforme relatado pela OMS e OPAS. No ambiente educacional, a identificação precoce dos sinais de alerta é muito importante para a prevenção. A pesquisa realizada no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) revelou que há uma lacuna significativa na formação dos profissionais para lidar com essas situações. Embora existam políticas públicas e iniciativas voltadas para a saúde mental, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), ainda há uma necessidade urgente de capacitar os trabalhadores da educação para que possam identificar e responder de forma eficaz aos sinais de risco de suicídio. Os resultados do estudo indicam que o desenvolvimento e a implementação de um guia educativo para os profissionais do IFPB podem preencher essa lacuna, proporcionando as ferramentas necessárias para a detecção precoce e a intervenção proativa. A pesquisa aponta que a capacitação contínua dos trabalhadores, aliada à integração de estratégias educativas no cotidiano escolar, é essencial para criar um ambiente seguro e acolhedor para os estudantes. O uso de estratégias como o guia educativo pode contribuir significativamente para a redução das taxas de suicídio, especialmente em instituições de ensino que enfrentam desafios relacionados à saúde mental dos alunos, destacando a importância de um esforço conjunto entre escolas, profissionais de saúde e políticas públicas.

Palavras-chave: Prevenção ao Suicídio. Saúde Mental. Capacitação de trabalhadores

Abstract: Suicide, one of the leading causes of death among young people, is a growing problem in Brazil, especially among adolescents and young adults, as reported by WHO and PAHO. In the educational environment, the early identification of warning signs is very important for prevention, the research carried out at the Federal Institute of Paraíba (IFPB) revealed that there is a significant gap in the training of professionals to deal with these situations. Although there are public policies and initiatives aimed at mental

¹ Médica do Instituto Federal da Paraíba. Perita Oficial Médico-Legal do Instituto de Polícia Científica da Paraíba. Perita Médica do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor do Ministério da Economia. Especialista em Medicina do Trabalho. Especialista em Saúde das Famílias e Comunidades. Mestranda do programa de pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior da UFPB. E-mail: sarahvinagre@hotmail.com

² Doutora em Psicologia pelo ISCTE-IUL; Mestre em Psicologia Social pela UFPB; Graduação e Licenciatura em Psicologia pela UFPB; Professora Adjunta da UFCG. Email: venceslaulima.aline@gmail.com

³ Doutora em Educação; Professora Associada da UFPB / PPGAES; mariloliveiras@gmail.com.

Revista Gepesvida

health, such as the National Student Assistance Program (PNAES), there is still an urgent need to train educators so that they can effectively identify and respond to signs of suicide risk. The results of the study indicate that the development and implementation of an educational guide for IFPB professionals can fill this gap, providing the necessary tools for early detection and proactive intervention. The research points out that the continuous training of educators, combined with the integration of educational strategies in the school routine, is essential to create a safe and welcoming environment for students. The use of strategies such as the educational guide can contribute significantly to the reduction of suicide rates, especially in educational institutions that face challenges related to the mental health of students, highlighting the importance of a joint effort between schools, health professionals, and public policies.

Keywords: Suicide Prevention. Mental health. Training of Educators

INTRODUÇÃO

O suicídio é um fenômeno complexo e multifacetado, caracterizado pela intenção deliberada de pôr fim à própria vida. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), aproximadamente 703.000 pessoas faleceram em decorrência de suicídio em 2019 globalmente. As taxas de suicídio foram substancialmente mais altas entre homens, com 12,6 óbitos por 100.000 pessoas, em comparação com 5,4 para mulheres. Embora tenha ocorrido uma diminuição global de 36% nas taxas de suicídio entre 2000 e 2019, o problema continua a ser um desafio significativo para a saúde pública, impactando negativamente a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas.

No cenário brasileiro, a situação não é menos alarmante. Dados do Sistema Único de Saúde (SUS) e pesquisas nacionais indicam um aumento preocupante nas taxas de suicídio entre jovens. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) também alerta para o crescente problema do suicídio entre jovens no Brasil, ressaltando a necessidade urgente de estratégias eficazes para a sua prevenção.

Para enfrentar essa crise, diversas políticas públicas têm sido formuladas com foco na promoção da saúde mental e na prevenção do suicídio, especialmente no contexto educacional. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), estabelecido pelo Decreto 7.234/2010, busca ampliar o acesso e assegurar a permanência dos estudantes no ensino superior, oferecendo apoio em áreas como saúde (Brasil, 2010). O Instituto Federal da Paraíba (IFPB) aplica políticas de assistência estudantil por meio de programas voltados para a saúde e prevenção de doenças, conforme descrito na Resolução CS 16 IFPB-PNAES.

A Resolução CS 16 IFPB-PNAES especifica, entre outras ações, o incentivo ao protagonismo dos estudantes na prevenção de doenças, o fomento à cultura de paz, e a orientação sobre os riscos do uso de substâncias. Além disso, promove atividades multidisciplinares comprometidas com o tema da saúde (IFPB, 2024).

Diante do aumento dos casos de suicídio entre jovens no Brasil e no mundo, o IFPB tem desempenhado um papel fundamental na promoção da saúde mental dos seus alunos e funcionários, evidenciando a necessidade urgente de estratégias eficazes.

Apesar dos esforços institucionais, há uma lacuna significativa na formação dos profissionais da educação superior em relação à identificação e manejo dos sinais de alerta para o suicídio entre estudantes. Este gap justifica a necessidade de um guia específico para orientar e capacitar esses profissionais, permitindo-lhes atuar de forma mais eficaz na detecção precoce de riscos e na promoção da saúde mental.

Revista Gepesvida

Portanto o problema de pesquisa que impulsionou o estudo foi: Como capacitar os profissionais da educação superior IFPB para a identificação eficaz de sinais de alerta para suicídio entre seus estudantes, e quais são as estratégias educacionais mais eficazes para a implementação de um guia que permita a esses profissionais detectarem precocemente e intervir de forma adequada em casos de risco de suicídio?

Frente ao aumento dos casos de suicídio entre jovens, tem sido uma preocupação crescente, e a necessidade de uma resposta eficaz dentro do ambiente acadêmico é cada vez mais evidente. O IFPB já possui diversas políticas de assistência estudantil e promoção da saúde, mas enfrenta desafios na formação de seus profissionais para lidar com sinais de alerta para suicídio.

A ausência de um guia específico para a orientação e capacitação desses profissionais pode resultar em uma resposta inadequada ou tardia a situações de risco, comprometendo a saúde e o bem-estar dos estudantes. Deste modo a construção do Guia Educativo é de extrema necessidade. O guia pretende preencher a lacuna existente, promovendo uma abordagem mais eficaz e sensível à saúde mental dos estudantes, alinhada com as políticas públicas de prevenção ao suicídio e as diretrizes do PNAES.

O objetivo deste estudo visa apresentar estratégias para o enfrentamento e prevenção de suicídio capacitando o profissional da educação para compreender e detectar os sinais de alerta em alunos do ensino fundamental e médio.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em 2022, a OMS elaborou um informe mundial sobre saúde mental reportando que pela pandemia de COVID-19, no primeiro ano, houve um aumento de 25% das taxas de depressão e ansiedade. O Plano de Ação Integral da OMS sobre Saúde Mental 2013-2030 reforça que mudanças de atitudes, ações e abordagens são necessárias para promover e proteger a saúde mental e faz a sugestão de que para se alcançar este objetivo, os ambientes que interferem em nossa saúde mental podem e devem ser transformados além de propor desenvolver os serviços de saúde. Consta que para a reforma da saúde mental, objetiva-se promover a saúde mental para todos e proteger os expostos a riscos, tendo como alvo: prevenção ao suicídio, crianças e adolescentes e saúde mental no trabalho.

A OMS (2022) apresenta dados relevantes e atuais sobre os transtornos mentais: são muito frequentes em quaisquer países, acometendo 1 a cada 8 pessoas, e, os transtornos de ansiedade e depressão são semelhantemente comuns em prevalência entre ambos os sexos. O informe reitera que para cada 1 óbito por suicídio, estima-se que outras 20 tentativas ocorreram, estando o suicídio como uma das principais causa de morte em jovens. Além disso, repercute que os transtornos mentais são os principais responsáveis pela perda de anos perdidos por incapacidades (APD), representando 1 a cada 6 casos de APD no mundo, alertando que as pessoas que sofrem de transtornos mentais graves morrem cerca de 10 a 20 anos mais cedo que a população em geral.

A OPAS e OMS estabelecem o intervalo dos 15 aos 19 anos como adolescência e, deste modo, um importante número de estudantes adentram na educação superior neste período de vida (OPAS, 2023). O Censo da Educação Superior de 2021 constatou que a idade média dos ingressantes na educação superior são diferentes para a modalidade ensino a distância e para a modalidade presencial, reportando a moda estatística (idade

Revista Gepesvida

com mais frequência encontrada), a idade mais prevalente é de 21 anos para os ingressos a distância e de 19 anos para o ingresso presencial e complementa que, pondo-se em ordem crescente de idade, a mediana mostra que metade dos ingressantes a distância tem até 30 anos e a do presencial tem até 21 anos (Brasil, 2021).

Para Baggio, Palazzo e Aerts (2009), a adolescência acompanha uma grande reorganização física, psíquica e social, e que o comportamento suicida acontece como reflexos de conflitos internos, sentimentos de depressão e ansiedade. Neste contexto, a depressão maior, por ser comum, debilitante e recorrente, é uma das principais preocupações em saúde pública devido ao alto grau de morbimortalidade, principalmente podendo conduzir para o suicídio (Bahls; Bahls, 2002).

Assim, a ansiedade e a depressão coadunam-se como fatores de risco tanto para a automutilação quanto para o suicídio (Giusti, 2013). Conforme relatos de Bachmann (2018), a maioria dos suicídios em todo o mundo está relacionada a doenças psiquiátricas, ressaltando-se depressão, uso abusivo de substâncias ilícitas e psicose, acrescem-se também a ansiedade, os transtornos relacionados à personalidade, a alimentação e o trauma.

As automutilações “são atos lesivos contra o próprio corpo, como cortes, perfurações, mordidas, beliscões e espancamentos, feitos a mão ou com o uso de objetos, alegando-se a intenção de aliviar tensões ou outros sentimentos egodistônicos” (Cedaro, 2013, p. 205). Pode ser definida como ato de deformar ou maltratar a si mesmo, com a motivação de aliviar sentimentos (Campbell, 2009), podendo ser de forma superficial, moderada ou profunda, sem intenção suicida consciente, sendo, portanto, um ato de violência autolesivo para minimizar um sofrimento psíquico. Tal violência pode decorrer da inabilidade em lidar com a angústia, tristeza, alegria, ansiedade, medo, frustrações, culpas, nostalgia, raiva e vingança (Cedaro, 2013).

Depreende-se que a automutilação seja uma manifestação sintomática de uma doença mental preexistente, relacionando-se a diferentes transtornos psiquiátricos, com este comportamento tendendo a cessar ao fim da adolescência (Quesada, 2020). Como forma grave de violência autolesiva, o suicídio pode ser caracterizado como “todo ato executado pelo próprio indivíduo, cuja intenção seja a sua morte, através de um meio no qual o indivíduo acredita que vai resultar no fim da sua vida” (Corrêa; Barreto, 2006).

O suicídio figura-se como a segunda principal causa de óbito no mundo entre jovens de 15 a 29 anos perdendo apenas para acidentes de trânsito e aproximadamente 800 mil pessoas cometem suicídio a cada ano e que em cerca de um terço dos países pesquisados, independentemente de serem desenvolvidos ou em desenvolvimento, este grupo etário se manteve com maior risco de suicídio (OMS, 2019).

Em uma pesquisa na cidade de Campinas-SP, um estudo organizado por Botega e colaboradores, revelou que a cada 100 habitantes, cerca de 17 tinham pensamentos suicidas, 5 tinham planos e 3 tentavam o suicídio, sendo que apenas 1 havia sido atendido em um pronto-socorro (Botega, 2015), dados que corroboram o tamanho do fenômeno.

Na compreensão do comportamento suicida como uma resultante da relação de fatores genéticos e psicossociais, conforme exposto por Botega (2015), as ações de prevenção ao suicídio devem observar a integralidade do indivíduo, realçando o uso da empatia e permitindo que a pessoa elabore condições internas para adaptar-se ao sofrimento psíquico (Müller, Pereira e Zanon, 2017).

Em detalhe, os fatores de risco para o suicídio podem ser pessoais, familiares, sociodemográficos e escolares. Dentre os fatores de risco pessoais, citam-se: doenças psiquiátricas, ansiedade, tentativa de suicídio prévia, solidão, depressão, uso de álcool e

Revista Gepesvida

outras drogas psicoativas, autolesão não suicida, ausência de rede de apoio, traumas decorrentes de abusos emocionais, físicos e/ou sexuais, entre outros.

Nos familiares, exemplos: violência doméstica, grupo familiar em crise por separação conjugal, doença física ou morte, histórico familiar de transtornos mentais e/ou dependência química, histórico familiar de suicídio, entre outros. Sociodemográficos, como: pobreza, desemprego dos pais ou responsáveis, baixo nível educacional, pertencer a minorias (LGBTQI+, indígena, pessoa em situação de rua), acesso aos meios letais para o suicídio, entre outros. E dentre os escolares: bullying e cyberbullying, baixo desempenho escolar, abandono escolar, problemas disciplinares, dificuldade de interação social, entre outros (Botega, 2015).

Reiterando Quesada (2020, p. 15), “quanto mais sólidos os fatores de proteção, menor chance de suicídio, mesmo na presença de fatores de risco”. O entendimento da empatia, dos estados de depressão e ansiedade como fatores de risco e proteção validam a importância destas variáveis no desfecho suicídio/automutilação e, por isso, devem ser compreendidos dentro de sua magnitude complexa na formação da pessoa, bem como suas correlações positivas e/ou negativas.

Assim, as orientações indicam que as instituições e órgãos de todas as instâncias devem redigir diretrizes e planejar ações em prol do combate ao sofrimento psíquico, com foco em prevenção ao suicídio, especialmente em grupos como crianças e adolescentes. Nesse sentido, as instituições educacionais apresentam-se como essenciais enquanto foco das ações, mas também como produtoras de ferramentas para o cuidado, já que desempenham papéis sociais significativos e são coatores no processo formativo dos estudantes.

O Ministério da Saúde do Brasil, em seu Boletim Epidemiológico 33, destacou um aumento significativo no risco de suicídio em todas as regiões do país entre 2010 e 2019, com um crescimento anual de 43% no número de mortes, passando de 9.454 em 2010 para 13.523 em 2019. As regiões Centro-Oeste e Sul foram as mais afetadas, com uma taxa de mortalidade por suicídio de 6,6 por 100 mil habitantes em 2019. Esse aumento foi observado em ambos os sexos e em todos os grupos etários, com os homens apresentando um risco 3,8 vezes maior de morte por suicídio em comparação com as mulheres e um incremento de 81% no grupo de adolescentes entre 15 e 19 anos. O boletim enfatiza a gravidade do suicídio como um problema de saúde pública crescente, especialmente entre os jovens, e destaca a necessidade de ações de saúde e de educação que promovam a resiliência e as habilidades para enfrentar frustrações e adversidades (Brasil, 2021).

O Ministério da Saúde também coordena a Política Nacional de Saúde Mental, que estabelece estratégias para a assistência a pessoas com transtornos mentais e para a prevenção de problemas relacionados ao adoecimento mental (Brasil, 2023). A Lei Federal 13.819/19, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, define como objetivos principais a promoção da saúde mental, a prevenção da violência autoprovocada e o acesso à atenção psicossocial, especialmente para aqueles com histórico de ideação suicida ou automutilação. A lei também destaca a importância da articulação intersetorial, envolvendo setores como saúde, educação e comunicação, para a prevenção do suicídio, além de promover a educação permanente de gestores e profissionais de saúde sobre o sofrimento psíquico e as lesões autoprovocadas. Essa legislação sublinha a responsabilidade do Estado em dar atenção à saúde mental, especialmente no que se refere ao suicídio e à automutilação, e reconhece a educação como um agente ativo nessa prevenção (Brasil, 2019).

Revista Gepesvida

Os Institutos Federais de Educação desempenham um papel social significativo devido à sua ampla presença em diversas regiões do Brasil, não apenas em capitais e grandes centros urbanos, mas também em áreas mais remotas. Esses institutos oferecem uma estrutura educacional acessível e de qualidade em locais antes inacessíveis, abrangendo uma diversidade de níveis educacionais, desde o ensino médio integrado até a pós-graduação. Assim, esses institutos se destacam pela promoção da educação pública gratuita, acolhendo um público estudantil diverso e contribuindo para a construção social.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa com enfoque na pesquisa-intervenção. O lócus do estudo foi o IFPB, tendo como marco temporal os anos entre 2022 e 2024.

De acordo com Rocha e Aguiar (2003, p. 67), a pesquisa-intervenção amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas, enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sócio-política, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica.

Para qualificar a pesquisa-intervenção, adotou-se a estratégia da pesquisa bibliográfica que, de acordo com Gil, (2010) consiste em buscar nas fontes e consultar na bibliografia já existentes conteúdos em artigos e livros digitais que sejam úteis e contemplem os conteúdos e objetivos propostos, retirando as informações necessárias, a fim de trazer resolutiva ao problema de pesquisa e promover o embasamento teórico sobre a temática em estudo, sob a visão de teóricos e suas respectivas produções literárias. Foram pesquisados livros e artigos pertinentes à temática, resoluções oficiais do IFPB que versam sobre a condição dos estudantes e documentos nacionais da área da saúde e da educação comprometidos com as condições de permanência e de bem-estar dos estudantes.

Os dados da pesquisa bibliográfica, permitiram um aprofundamento teórico sobre o tema e indicaram possíveis caminhos interventivos na instituição. Além disso, como resultado da pesquisa, indica-se a elaboração de um produto educativo sobre o suicídio, endereçado aos profissionais da educação, em formato de guia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O suicídio, reconhecido como um fenômeno multifacetado e complexo, continua a ser uma das principais causas de morte entre jovens, conforme dados da OMS e da OPAS.

No Brasil, esse problema tem ganhado especial atenção devido ao aumento das taxas de suicídio entre adolescentes e jovens adultos. No contexto educacional, a identificação precoce dos sinais de alerta para o suicídio é fundamental para a implementação de intervenções eficazes.

No entanto, a pesquisa revelou uma lacuna significativa na formação dos profissionais do IFPB em relação à detecção desses sinais e à resposta adequada às situações de risco. Apesar das políticas públicas existentes, como o PNAES, e das iniciativas institucionais voltadas para a promoção da saúde mental, ainda há uma

Revista Gepesvida

necessidade premente de aprimorar a capacitação desses profissionais para lidar com a saúde mental dos estudantes.

Os resultados indicam que o desenvolvimento e a implementação de um guia educativo como estratégia de enfrentamento ao suicídio e identificação dos sinais de alerta precocemente podem preencher essa lacuna, proporcionando aos trabalhadores da educação as ferramentas necessárias para identificar sinais precoces de sofrimento psíquico e atuar de maneira proativa na prevenção do suicídio.

O guia também visa promover uma abordagem mais sensível e eficaz à saúde mental, alinhando-se às diretrizes do PNAES e às políticas públicas de prevenção ao suicídio.

A discussão dos resultados aponta que a capacitação contínua dos profissionais de educação é essencial para garantir que eles estejam preparados para identificar e responder aos sinais de alerta. Além disso, destaca-se a importância de integrar essas estratégias educacionais no cotidiano escolar, criando um ambiente seguro e acolhedor para os estudantes.

A utilização de um guia educativo, com base na literatura, observa-se que o guia, funciona como um recurso prático pode contribuir significativamente para a redução das taxas de suicídio, especialmente em instituições de ensino que enfrentam desafios relacionados à saúde mental dos seus alunos.

Por fim, o estudo reforça a necessidade de um esforço conjunto entre instituições educacionais, profissionais da saúde e políticas públicas para enfrentar o desafio do suicídio entre jovens. A adoção de estratégias educativas eficazes, como a proposta do guia, pode ser um passo importante na promoção da saúde mental e na prevenção do suicídio no ambiente acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a importância de um guia educativo para capacitar profissionais da educação superior na prevenção do suicídio. A pesquisa sublinhou a relevância de políticas públicas, como o PNAES, na promoção da saúde mental dos estudantes.

As contribuições teóricas e práticas deste trabalho podem servir como base para futuras pesquisas e intervenções, fortalecendo as estratégias de prevenção ao suicídio no contexto educacional. A capacitação dos profissionais de educação superior do IFPB para a identificação eficaz de sinais de alerta de suicídio entre estudantes é essencial para a promoção de um ambiente educacional seguro e acolhedor.

Para alcançar esse objetivo, é necessário implementar estratégias educacionais específicas, como programas de treinamento contínuo que abordem saúde mental, sinais de alerta e intervenções adequadas. Esses treinamentos devem ser orientados por especialistas e incluir workshops, seminários e cursos práticos. Além disso, a criação de um guia educativo prático é uma estratégia fundamental.

Este guia fornecerá aos trabalhadores da educação informações claras e acessíveis sobre como identificar precocemente os sinais de alerta, como intervir e onde buscar apoio. A integração de conteúdos sobre saúde mental no currículo dos cursos de formação e a sensibilização institucional para criar uma cultura de apoio também são essenciais. Essas medidas visam capacitar os profissionais do IFPB a agir de forma proativa na

Revista Gepesvida

prevenção do suicídio, promovendo o bem-estar dos estudantes e fortalecendo a resposta institucional a crises de saúde mental.

REFERÊNCIAS

- ANGELELLI, A. M. M.; ANGELELLI, C. **Automutilação na Adolescência**. Campanha Maio Amarelo: depressão entre crianças e adolescentes. Departamento Científico de Saúde Mental da SPSP. p. 1-5, 2021
- BACHMANN, S. Epidemiology of Suicide and the Psychiatric Perspective. **Int J Environ Res Public Health**, v.6, n. 15, p. 1425, jul/2018.
- BAGGIO, A.; PALAZZO, L.; AERTS, D.R.G.C. Planejamento suicida entre adolescentes escolares: Prevalência e fatores associados. **Caderno de Saúde Pública**, v. 25, n. 1, p. 142-150, 2009.
- BAHLS, S.; BAHLS, F.R.C. Depressão na adolescência: Características clínicas. **Interação em Psicologia**, v. 78, n. 5, p. 359-366, 2002.
- BOTEGA, N. **Crise Suicida: avaliação e manejo**. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 20 jul 2010.
- BRASIL. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 29 ago 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 26 jul. 2024
- BRASIL. Lei nº 13.968, de 26 de dezembro de 2019. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar o crime de incitação ao suicídio e incluir as condutas de induzir ou instigar a automutilação, bem como a de prestar auxílio a quem a pratique. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 26 dez 2019.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2021**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-do-censo-da-educacao-superior-2021>
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Suicídio: tentativas e óbitos por intoxicação exógena no Brasil, 2007 a 2016**. Boletim epidemiológico, v. 50, n. 15, 2019.

Revista Gepesvida

BRASIL. Ministério da Saúde e Políticas Públicas. **Saúde mental**. Brasília: Sislab, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>

BRASIL. Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil. Boletim epidemiológico 33, v. 52, set 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf

BRASIL. **Sistema Único de Saúde – SUS**. Disponível em: <https://www.gov.br/sus>. Acesso em: 26 jul. 2024.

CAMPBELL, Robert J. **Dicionário de Psiquiatria**. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CEDARO, J. J.; NASCIMENTO, J. P. G. Dor e gozo: relatos de mulheres jovens sobre automutilações. **Psicologia USP**, São Paulo, 2013, v. 24, n. 2, p. 203-223.

CORRÊA, H.; BARRERO, S. P. **Suicídio: uma morte evitável**. 1 ed. São Paulo: Atheneu, 2006.

GIUSTI, J. S. **Automutilação: características clínicas e comparação com pacientes com transtorno obsessivo-compulsivo**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências), Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IFPB. Portaria nº 1516, de 1 de outubro de 2020. Regulamenta e estabelece as atribuições dos Núcleos de Acompanhamento Psicossocial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **IFPB**, 01 out 2020.

IFPB. **IFPB: sobre o IFPB**, 2021. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/institucional/sobre-o-ifpb>

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA – IFPB. **Resolução CS 16 IFPB-PNAES**. Estabelece as diretrizes para o Programa de Apoio à Permanência do Estudante. João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MÜLLER, S. A.; PEREIRA, G. S.; ZANON, R. B. Estratégias de prevenção e posvenção do suicídio: Estudo com profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 9, n. 2, p. 6-23, dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção do suicídio: um imperativo global**. Geneva: World Health Organization; 2014. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/suicideprevention/world_report_2014/en/

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Suicide in the world, Global Health Estimates**, 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/>

Revista Gepesvida

326948/WHO-MSD-MER-19.3-eng.pd

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Informe mundial sobre salud mental: transformar la salud mental para todos.** Panorama general [World mental health report: transforming mental health for all. Executive summary]. Ginebra: Organización Mundial de la Salud; 2022. Licencia: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Saúde mental dos adolescentes.** 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Suicide Worldwide in 2019: Global Health Estimates.** Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240066487>. Acesso em: 26 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. **Saúde Mental e Prevenção ao Suicídio: Diretrizes e Recomendações.** Disponível em: <https://www.paho.org>. Acesso em: 26 jul. 2024.

QUESADA, A. A.; ARAGAO NETO, C. H.; OLIVEIRA, J. M.; GARCIA, M. S. **Noções gerais sobre a automutilação.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, Curso de Prevenção da Automutilação, pp.15, 2020.

QUESADA, A. A.; NOGUEIRA, A. G. R.; ARAGAO NETO, C. H.; RAMOS FILHO, V. S. **Transtornos mentais e suicídio na infância e adolescência.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, Curso de Prevenção ao Suicídio, pp.15, 2020.

ROCHA, M.; AGUIAR, K. **Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises.** Psicologia Ciência e Profissão, 2003, 23 (4), 64-73.